

|       |  |
|-------|--|
| 110.ª | 69.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL |
|-------|--|

## CONVOCATÓRIA

Nos termos do disposto no artigo 28.º, n.º 1, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado em Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, e do artigo 37.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, convoco uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Lisboa para o dia **16 de junho de 2020 (3ª feira), às 15h:00**, a qual se realizará **por videoconferência**, nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 3º da Lei 1-A/2020 de 19 de março, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

**15:00 - Período de intervenção aberto ao público - 15 minutos (3 inscrições);**

### Período da Ordem do Dia (POD)

1. Aprovação da **ata n.º 96** de 21.01.2020 e da **ata n.º 98** de 04.02.2020;
2. Apreciação do **ponto 2 da parte deliberativa da Proposta 288/CM/2020 - Alteração à Proposta n.º 96/2020** (através da qual foram aprovadas as medidas extraordinárias de apoio às famílias, às empresas e ao emprego, no âmbito da epidemiologia provocada pelo SARS-CoV-2 e COVID-19), **no que respeita ao Anexo III relativo às Regras de Funcionamento do Fundo de Emergência Social do Município de Lisboa - Vertente de apoio a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Movimento Associativo Popular**, nomeadamente Associações com fins altruísticos na cidade de Lisboa e outras entidades sem fins lucrativos, nos termos da proposta e *ao abrigo do disposto nas alínea e), h) e m) do n.º 2 do artigo 23.º, nas alíneas k), v) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, com dispensa de consulta pública por motivos de urgência*, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo; *grelha base - 37 minutos e 30 segundos;*
3. Apreciação da **Proposta 293/CM/2020 - Revogação**, com efeitos desde 14 de abril de 2020, **do n.º 4 do artigo 3.º, do n.º 4 do artigo 4.º e do artigo 8.º das Regras de Funcionamento do Fundo de Emergência Social – Vertente de apoio à Cultura, constantes do ponto III do Anexo III a que se refere o ponto 7 da Proposta n.º 96/2020**, nos termos da proposta e *ao abrigo do disposto nas alíneas e), h) e m) do n.º 2 do artigo 23.º, nas alíneas k), v) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na*

*redação atual, com dispensa de consulta pública por motivos de urgência, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo; grelha base - 37 minutos e 30 segundos;*

**4. Apreciação da Proposta 185/CM/2020 - Revogação do direito de superfície constituído a favor da Freguesia do Alto do Pina, atual Freguesia do Areeiro, sobre o prédio municipal sito na Rua Jorge Castilho, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º e na alínea i), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; grelha base - 37 minutos e 30 segundos;**

- Parecer da 1ª Comissão Permanente
- **Recomendação 110/01 (1.ª CP)**

**5. Apreciação conjunta das seguintes propostas relativas a assunção de compromissos plurianuais e consequente repartição de encargos; 2Xgrelha base - 1 hora e 15 minutos:**

**5.1. Apreciação da alínea a) da parte deliberativa da Proposta 265/CM/2020 - Alteração da assunção dos compromissos plurianuais, referente aos anos económicos de 2020, 2021 e 2022, no âmbito do Programa Municipal de Prevenção e Combate do Insucesso e Abandono Escolar Precoce, designado “Secundário para todos”, para efeitos de celebração de adenda ao protocolo de colaboração com a Fundação Aga Khan Portugal, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na redação atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual;**

**5.2. Apreciação da alínea a) da parte deliberativa da Proposta 266/CM/2020 - Alteração da assunção dos compromissos plurianuais referente aos anos económicos de 2020, 2021 e 2022, no âmbito do Programa Municipal de Prevenção e Combate do Insucesso e Abandono Escolar Precoce, designado “Secundário para todos”, para efeitos de celebração de adenda ao protocolo de colaboração com a Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na redação atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual;**

**5.3. Apreciação dos pontos 6 e 7 da parte deliberativa da Proposta 236/CM/2020 - Assunção do compromisso plurianual e consequente repartição de encargos, para os anos de 2020, 2021 e 2022, no âmbito da decisão de contratar a Empreitada “Execução de Obras Prioritárias e Urgentes de Conservação e da Rede de Drenagem do Município de Lisboa” e, sem ultrapassar o montante global indicado da presente prestação, se possa proceder a ajustamentos aos valores anuais previstos, sempre que tal se revele adequado, em face da execução financeira**

que se vier a verificar, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual, e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;

**5.4. Apreciação do ponto 6 da parte deliberativa da Proposta 240/CM/2020 - Autorização prévia para assunções de compromissos plurianuais e alteração da repartição de encargos,** para os anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, no âmbito da decisão de adjudicação da “Aquisição n.º 1/DMM/DOM/18 - Elaboração do projeto, instalação e aquisição dos serviços de manutenção do sistema de segurança rodoviária - radares de velocidade”, e autorização para que, sem ultrapassar o montante global indicado nem o ano do termo do contrato, se possam fazer ajustamentos aos valores anuais previstos em função dos serviços que efetivamente ocorram, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual, e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;

**5.5. Apreciação do ponto 7 da parte deliberativa da Proposta 241/CM/2020 - Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos,** para os anos económicos de 2021, 2022, 2023 e 2024, no âmbito do concurso público para a “Aquisição de Gás Natural Comprimido (GNC) para veículos da frota municipal” e autorização para que, sem ultrapassar o montante global indicado nem o ano do termo do contrato, se possam fazer ajustamentos aos valores anuais previstos em função dos consumos efetuados, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto no artigo 24.º, alíneas dd) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na redação atual, nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual;

**5.6. Apreciação da Proposta 260/CM/2020 - Assunção do compromisso plurianual, com a consequente repartição de encargos,** para os anos de 2020, 2021 e 2022, no âmbito da “Aquisição de Produtos de Higiene” e autorização para que, sem ultrapassar o montante global indicado ou o ano do termo dos contratos, se possam fazer alterações aos valores anuais previstos, em função da efetiva execução financeira, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual;

**6. Apreciação conjunta das seguintes propostas de desafetação do domínio público para o domínio privado do Município; 2X grelha base - 1 hora e 15 minutos:**

**6.1. Apreciação da Proposta 100/CM/2020 - Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município,** de uma parcela de terreno com a área de 1.377,00m<sup>2</sup>, sita na Rua Eugénio de Castro, Freguesia do Campo Grande, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º e na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual;



**6.2.** Apreciação da **Proposta 101/CM/2020 - Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município**, de uma parcela de terreno com a área de 32,00m<sup>2</sup>, **antigo troço do Ribeiro dos Murtais, Freguesia de Carnide**, nos termos da proposta *e ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º e na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual;*

**6.3.** Apreciação da **Proposta 102/CM/2020 - Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município**, de uma parcela de terreno com a área de 253,00m<sup>2</sup>, **antigo troço da Estrada do Paço, Freguesia de Carnide**, nos termos da proposta *e ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º e na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual;*

- Parecer conjunto da 1ª Comissão Permanente sobre as Propostas 100/CM/2020, 101/CM/2020 e 102/CM/2020.

Lisboa, 9 de junho de 2020

O Presidente

José Maximiano Leitão